
ANAYDE BEIRIZ: UM CORPO “ANORMAL” NO MUNDO DOCENTE

Ms. Rosemary Ramos Rodrigues
Faculdades Integradas de Patos – FIP
roseramosr@yahoo.com.br

O presente artigo tem como objetivo analisar o discurso educacional sobre o corpo docente e como Anayde Beiriz vai se configurar como um corpo “anormal” no mundo educacional.

Ser professor ou professora no início do século XX correspondia a uma série de regras e condutas. Os docentes eram tidos como detentores do saber e da moral e seu ofício era o de encaminhar intelectualmente e, principalmente, moralmente, alunos e alunas. Assim, deveriam ser exemplos de “boa conduta” e portadores de uma moral ilibada, pois exerceriam o papel de espelho de identificação para os discentes.

Este era o discurso que circulava e moldava o professorado. Na Parahyba não foi diferente, ou seja, não havia uma separação entre a vida profissional e a vida pessoal. As “professorinhas”¹ eram constantemente vigiadas, pois sua maior qualidade não era lecionar, mas apresentar comportamentos e condutas de acordo com a moral vigente. Louro (2004, p. 106-107) bem nos mostra essa relação entre disciplina e vigilância docente e discente:

[...] as formas adequadas de fazer, de meninos e meninas, homens e mulheres ajustados/as aos padrões da comunidade pressupõem uma atenção redobrada sobre aqueles e aquelas que serão seus formadores ou formadoras. De um modo muito especial, a professora mulher é alvo de preocupações. Para afastar de sua figura as “marcas” distintas da sexualidade feminina, seus trajes e seus modos devem ser, na medida do possível, assexuados. Sua vida pessoal, além de irretocável, deve ser discreta e reservada. A relativa ausência de professoras casadas evitava a “materialização” de um companheiro amoroso ou de filhos e, assim, ajudava a representar essas mulheres sós como desprovidas de sexualidade. [...].

Para encaminhar sujeitos adequados ao lema da nossa bandeira, Ordem e Progresso, era necessário, antes de tudo, possuir um corpo docente que se adequasse ao modelo de progresso com decência. Inicialmente, temos uma educação exercida por homens representantes da Igreja. Assim, falando em nome de Deus, os corpos de alunos

e alunas iam sendo esculpidos a partir de um discurso que pregava e legitimava a diferença entre os sexos.

Ao masculino estava reservada a esfera pública e todas as suas dimensões sociais e culturais. Ao feminino sobrava a submissão e o recato de “mulheres decentes”, ou seja, a esfera privada. Portanto, estava estabelecida a relação de poder entre o masculino e o feminino.

Porém, do final do século XIX ao início do século XX, vai ocorrendo a feminilização do magistério. Essa feminilização era acompanhada de um discurso que apelava para características maternas e de entrega. Desta forma, Louro (2004, p. 97) nos apresenta a ideia:

[...] As professoras são compreendidas como mães espirituais – cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha. De algum modo, as marcas religiosas da profissão permaneceram, mas são reinterpretadas e, sob novos discursos e novos símbolos, mantém-se o caráter de doação e de entrega que já se associava à atividade docente.

Assim, a professora deveria encarnar o lugar da tia, seguindo a docilidade feminina muito próxima aos atributos maternos e longe da libidinagem sexual. O espaço escolar vai sendo moldado como uma concessão masculina ao feminino. Porém, acompanhada de regras rígidas de conduta, sempre estabelecendo a diferença de mulheres que vão a rua de mulheres da rua.

É interessante observar que a docência vai sendo colocada como algo complementar a existência das professoras e nunca substitutiva da função maior da mulher: ser mãe esposa e dona de casa. Nessa concepção, a docência vai se feminilizando e nunca a mulher se masculinizando.

O século XX traz para as mulheres a perspectiva do trabalho, que pode ser por necessidade ou desejo das representantes de famílias mais abastadas. Porém, o trabalho traz constantes perigos ressaltados por conservadores, que não viam o trabalho feminino como algo positivo. Se há perigo, há necessidade de regulação e controle, bem como nos indica Louro (2002, p. 453):

Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares

nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. [...]

Nas primeiras décadas do século XX, apresentam-se mudanças no comportamento feminino. Os papéis estabelecidos ao feminino, baseado no tripé mãe, esposa e dona de casa, vai sofrendo alterações, ou seja, era um momento em que o espaço público vai se abrindo ao feminino. Porém, não podemos esquecer que essa abertura foi acompanhada por códigos e discursos disciplinarizadores.

Novos espaços eram ocupados por mulheres: ruas, cinemas, salas de aula, fábricas, bailes, etc. Todavia, o seu lugar de inferiorização ao masculino não era quebrado. Ao contrário, não cessavam os discursos, inclusive no Código Penal de 1916, que apresentava as mulheres como dependentes e subordinadas ao masculino, tido com o chefe da família.

A razão de ser do olhar que inferiorizava o feminino era legitimada pelo discurso que conferia as mulheres o lugar da fragilidade e da emoção em contraponto a força e a razão do homem. Assim, perpetuava-se a ideia de que as mulheres deveriam ser encaminhadas na sociedade, pois os desvios de conduta e dos papéis sociais eram largamente punidos, inclusive com a força física.

Ao se nascer mulher era traçado um caminho visto como natural ao feminino. A educação das jovens era destinada ao lar e a família: aprender o recato obrigatório a todas moças de família; aprender a ler, escrever e executar as operações matemáticas apenas necessárias a administração do lar; aprender a bordar, costurar e cozinhar; apurar a docilidade e sentimento de maternidade para mais tarde exercer seu papel maior: ser mãe; etc.

É na tentativa de fugir desses estereótipos que as mulheres vão chocar representantes de um poder conservador assinalados pelo Estado, Igreja, escola, medicina, etc. Vejamos o alarme causado pelas mudanças comportamentais do mundo feminino com Maluf e Mott (1998, p. 369-340):

O ritmo das mudanças ocorridas, considerado por muitos como alarmante, veio acompanhada de certa ansiedade por parte dos segmentos mais conservadores da sociedade, já tomados pela vertigem das grandes

transformações que o país vinha vivendo, sobretudo a partir do último quartel do século XIX. Não faltavam vozes nesse começo do século para entoar publicamente um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam e, sobretudo, angustiado com a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas. [...].

As mulheres eram acusadas de tomar o lugar social dos homens e até de se masculinizarem. As revistas e jornais se encarregavam dessa denúncia, sempre trazendo representações masculinizadas da mulher moderna. A ridicularização dava conta do perigo feminino. Assim, como algumas mulheres, Anayde Beiriz, Julia Lopes de Almeida, Gilka Machado, etc., passaram a fazer parte do universo jornalístico e literário do momento.

Porém, algumas com discurso conservador, como o caso de Julia Lopes de Almeida, que escrevia a favor da manutenção da família brasileira e do controle do corpo feminino. Para a escritora a mulher deveria ser exemplo de dignidade e de moral, sendo o lar seu espaço por excelência. A sua fórmula de felicidade para mulher consistia na adequação ao lar, a maternidade e ao casamento.

Nesse contexto de discussão da condição feminina, Anayde Beiriz vai se configurar como uma mulher paraibana, na década de 1920, possuidora de ideias feministas, denunciando a relação de poder entre os sexos masculino e feminino. Anayde choca com seus escritos. Vejamos a seguir o poema apresentado por Joffily (1980, p. 12):

Nasci
Nasceu
Cresceu
Namorou
Noivou
Casou
Noite nupcial
As telhas viram tudo
Se as moças fossem telhas não se casariam...

Assim, a mulher Anayde compreendia o casamento como uma instituição que promovia o aprisionamento feminino. E esta estava correta, pois a condição feminina no início do século XX era complicada: subordinada ao masculino. Era uma vida regida

por homens e para homens. Com o casamento, saía da tutela e autoridade do pai para a do marido.

Não é a toa que quando, em 1928, começa seu romance com João Dantas¹ se une a este não por laços institucionais, o casamento, mas através de um pacto de amor que primava pela liberdade. Foram dois anos de amor carnal, embevecido por questões políticas.

Da tinta da sua caneta sai o caminho “natural” de nascimento ao casamento. Porém, a pretensa harmonia social e cultural da existência feminina é rompida pela denúncia. O que será que essas telhas passam a testemunhar? Por certo, para Anayde, nada que denote a felicidade e harmonia conjugal tão aclamada pela sociedade burguesa.

Esse era um momento em que ainda era muito comum o casamento por conveniência, acordos políticos e econômicos. Cabia ao feminino transformar esses acordos entre famílias em harmonia familiar e amor sereno, obediente e admiração pelo marido.

Em outubro de 1924 a Revista Feminina (*apud* Maluf e Mott, p. 394-396) apresenta o decálogo da esposa, ou seja, apresenta caminhos para um casamento harmonioso, honrado, sem sobressaltos:

- I – Ama teu esposo acima de tudo na terra e ama o teu próximo da melhor forma que puderes; mas lembra-te de que a tua casa é de teu esposo e não do teu próximo;
- II – Trata teu esposo como um precioso amigo; como a um hóspede de grande consideração e nunca como uma amiga a quem te contam as pequenas contrariedades da vida;
- III – Espera teu esposo com teu lar sempre em ordem e o semblante risonho; mas não te aflijas excessivamente se alguma vez ele não reparar nisso;
- IV – Não lhe peça o supérfluo para o teu lar; pede-lhe sim, caso possas, uma casa alegre e um pouco de espaço tranqüilo para as crianças;
- V – Que teus filhos sejam sempre bem-arranjados e limpos; que ele ao vê-los assim possa sorrir satisfeito e que essa satisfação o faça sorrir quando se lembre dos seus, em estado ausente;
- VI – Lembra-te sempre que te casaste para partilhar com teu esposo as alegrias e as tristezas da existência. Quando todos o abandonarem fica tu a seu lado e diz-lhe: Aqui me tens! Sou sempre a mesma;
- VII – se teu esposo possuir a ventura de ter a sua mãe vivi, seja boa para com ela pensando em todas as noites de aflição que terá passado para protegê-lo na infância, formando o coração que um dia havia de ser teu;
- VIII – Não peças à vida o que ela nunca deu para ninguém. Pensa antes que fores útil poderás ser feliz;

IX – Quando as mágoas chegarem não te acovardes: luta! Luta e espera na certeza de que os dias de sol voltarão;

X – Se teu esposo se afastar de ti, espera-o. Se tarda em voltar, espera-o; ainda mesmo que te abandone, espera-o! Porque tu não és somente a sua esposa; és a honra do seu nome. E quando um dia ele voltar, há de abençoar-te.

Na década de 1920, período de vida e morte de Anayde Beiriz, a Parahyba ainda estava tateando na tão aclamada modernização da sociedade. Vivia da política dos coronéis e da autoridade masculina. O bem maior do sujeito era a honra. Para o homem sua honra de macho e figura pública, para a mulher a honra da família.

Civilizar a sociedade brasileira, segundo Buriti (2004), era resguardar a família como base da incipiente República. Assim, discursos médicos, religiosos, jurídicos, etc. se voltavam para o feminino e tentava salvaguardar a constituição de uma sociedade honrada, harmônica e segura.

Desta forma, a sociedade paraibana vai se articulando entre o moderno – através da aquisição de equipamentos modernos, como trem de ferro, luz elétrica, telégrafo, etc., e a urbanização de algumas cidades, com praças, coretos, passeios públicos, etc. – e o conservador – através do olhar que vigia e pune a todos e a todas.

Nesse espaço, a modernização da cidade era aclamada. Todavia, a modernização dos costumes vai ser negada. O moderno vai ganhando o espaço da negação, assim Anayde, símbolo desse moderno também será vigiada. Oliveira (p. 4) analisa a relação conflitante entre o moderno e o conservador:

[...] era perigoso uma abertura para o moderno, pois isto podia significar um envolvimento com o estranho, com a desestabilidade. Anayde, sendo um desses canais do novo, é descrita como um ser que pode despersonalizar a mulher de família. A modernidade, ao mesmo tempo que lança luzes de liberdade, lança crises de identidades fixas, arqueologicamente conservadas no passado histórico.

E o que é ser professora num estado em que a educação continuava a ser regida por religiosos?

A Parahyba ia de encontro a uma ideia de educação laica propagada no início século XX, pois as nossas instituições escolares, como o Liceu Paraibano e a Escola

Normal, eram regidas por religiosos. A República Nova era um momento de tentativa de modernização do ensino, o que teoricamente deveria romper com esse modelo educacional que herdava do ensino jesuítico a preocupação espiritual e moral dos sujeitos.

Desta forma, Sousa (p. 1) nos apresenta o embate entre o ideais liberais do século XX e as práticas religiosas, estabelecidas ainda no período colonial, em relação a educação:

A mobilização de professores e professoras, influenciados pelos ideais liberais com forte tom de busca de autonomia da profissão, marcou toda a primeira metade do século XX. Entre as várias reivindicações apresentadas estava pautada a emancipação da educação. Esta emancipação significava uma ruptura com o estado conservador e aristocrático e com a igreja católica. Pode-se perceber, claramente, que a intenção da igreja era fortalecer políticas pedagógicas que assegurassem uma formação comprometida com o combate aos processos de libertação. Na sua condição sacerdotal estariam as professoras vocacionadas a guardiãs da moralidade e dos bons costumes. [...]

Na Parahyba, relação Estado/Igreja estava fortalecida por uma política conservadora, na qual as duas esferas primavam pelo encaminhamento cívico e moral da sociedade: sujeitos ordeiros/fiéis decentes, corpos disciplinados/corpos domesticados. Essa era a lógica da constituição de uma sociedade moderna em termos espaciais. Porém, nunca desvinculada da lógica cristã.

Corpos eram assinalados pelo olhar disciplinador de educadores/religiosos. A “linha da decência”¹ estabelecia os limites dos corpos dos alunos do Liceu Paraibano e das alunas da Escola Normal. Assim, no dia 22 de Setembro de 1923, da arma do policial Antonio Carlos de Menezes, designado pelo Monsenhor João Batista Milanês, é abatido um corpo que promovia a desordem pública, Sadi Castor Correia Lima. O estudante tentou atravessar os limites da “moralidade” para ir ao encontro da sua namorada, Ágaba Gonçalves de Medeiros. Desse fato resultaram duas mortes: um tiro no peito de Sadi e o suicídio de Ágaba.

É nessa sociedade moralizante que Anayde Beiriz vai chocar com suas ideias feministas, como o direito de votar e ser votada, de trabalhar fora de casa, de participar dos espaços públicos, da igualdade de sexo, etc. Não era de se estranhar que a

professora tenha sido tão tratada com preconceito, pois as tidas como feministas eram vistas como “anormais”, loucas e preocupantes, como aponta Buriti (2004, p. 6):

Era o feminismo que estava tornando “loucas” as mulheres, desprezando seus lares e metendo-se em assuntos naturais do sexo oposto. É essa a ênfase do artigo O Verdadeiro Feminismo, que faz crítica a um grupo de mulheres que acredita que a independência da mulher só pode ser obtida com a obtenção dos direitos políticos, ponto de vista visivelmente errôneo e, sobretudo, contraditório, em tais circunstância, da própria liberdade. Sem assinar tal artigo, o(a) articulista procura mostrar quão erradas estão essas mulheres que se dão à “liberdade” de gritar, de exigir autonomia, de requerer o direito ao voto! [...].

Anayde nasceu em 1905 e se formou na Escola Normal aos 17 anos como a melhor aluna da sua turma. Porém, vai ser rejeitada por muitos que faziam parte da instituição escolar, pois não possuía um corpo adequado ao universo educacional. Seus decotes, coloridos e jeito sinuoso exalavam sensualidade.

Segundo Joffilly (1980) só consegue seu único emprego na Vila de Cabedelo pela escassez de professores e porque iria lecionar a adultos e não a crianças. Para Oliveira (p. 4):

Anayde Beiriz não foi aceita no colégio enquanto professora porque, socialmente e pedagogicamente, ela “feriu” as normas estabelecidas pela direção escolar. Ela foi negada porque mostrou que tem um corpo que pensa, que sente prazer, que está conectado à mente. No rebolado da professorinha estavam presentes marcas de uma identidade sexual que eram rejeitadas pelas “assexuadas” diretoras e professoras daquela instituição disciplinar. Na década de 20, quando o Nordeste brasileiro assistia assombrado a ameaçadora presença da modernidade a estraçalhar os “bons costumes” tradicionais, a presença de uma mulher-professora disfuncional era vista como uma ameaça”.

Anayde Beiriz, tendo um corpo em movimento e vivendo das transgressões cotidianas, se configurou como um corpo “anormal”, no qual era necessário discipliná-lo ou expulsá-lo do professorado. Para o pensamento da época, como uma mulher poderia dar exemplos de boa conduta e moralidade amando e circulando livremente pela cidade, escrevendo poemas, defendendo a causa feminina, praticando sexo e chocando a sociedade?

É importante lembrarmos que educar significava disciplinar e moralizar. Para esse ofício, Anayde não estava validada pelo discurso escolar. Ela era vista como um verdadeiro perigo aos “bons costumes” e um péssimo exemplo de moralidade. Para o bem da família paraibana esta professora deveria ser afastada, pois incitaria paixões nos meninos e desejo de rebeldia nas meninas.

Anayde não encarnava a docilidade professoral exigida e não possuía um corpo assexuado. Ser boa professora era possuir um corpo disciplinado, bem próximo aos atributos de tia ou de mãe. Mas esta era só transgressão e nada de submissão e fragilidade, fugia ao estereótipo de mulher adequada a sociedade.

Oliveira (p. 6) resume a participação de Anayde na política e na vida paraibana da seguinte forma:

É assim, em meio às brigas entre liberais e perrepistas que surge, na década de 1920, a professora Anayde, apresentando à formação discursiva tradicional, o espetáculo da cor, da transgressão, da violação dos costumes. Traz uma nova linguagem metodológica através de sua roupa, de seus trejeitos, de sua postura. Cor e exotismo trazem então à sociedade “pacata” do Nordeste um brilho de quenga, um glamour de cocote. Com sua violação, a professora faz de seu corpo um templo amaldiçoado, uma babilônia corrompida, reunindo num só corpo a licenciosidade sexual, a imoralidade, a prostituição. [...]

Nos salões da capital, Parahyba do Norte, declamava poemas de amor, liberdade e emancipação. Mas, com o assassinato de João Pessoa sua situação piora, pois era apontada como a prostituta do homem que matou João Pessoa, ou seja, passa de professorinha não desejável a prostituta odiada.

Das páginas dos seus escritos aparece o seu destino: a morte.

REFERÊNCIAS

BURITI, Iranilson. Espaço de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (século XX). *Revista História Hoje*. São Paulo, nº 5, 2004. Disponível em: <www.anpuh.uepg.br?historia-hoje/vol2Espacos%20de%20Evap>. Acesso em: 20 ago. 2009.

JOFFILY, José. *Anayde Beiriz- Paixão e morte na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: CBAG, 1980.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. O gênero da docência. In.: *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7ª. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2004. Cap. 4, p. 88-109.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 368-421.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. O professor e as relações de gênero no período modernista: um estudo de caso sobre Anayde Beiriz. Disponível em: <www.Sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/068_iranilson.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. Os manuais de conduta e a escrita feminina no início do século XX: o que desvelam as narrativas? Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT23-4967--int.pdf>. Acesso em: 12 Set. 2010.